

# PROCESSO PARTICIPATIVO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DO SOUSA SUPERIOR

JOSÉ CARLOS MOTA <sup>1</sup>, JANAINA BARBOSA <sup>1</sup>, ISABELLA RUSCONI <sup>1</sup>,  
CATARINA ISIDORO <sup>1</sup>, GIL MOREIRA <sup>1</sup>


\* [jcmota@ua.pt](mailto:jcmota@ua.pt)

<sup>1</sup> Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas (L3P)  
Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSP)  
Universidade de Aveiro (UA)

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados de uma metodologia participativa desenvolvida na conceção do Plano de Gestão da Paisagem Protegida Sousa Superior (PPSS) promovido pelo município de Lousada com o apoio de investigadores do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas (L3P)<sup>1</sup> do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro. O processo de envolvimento dos cidadãos foi desenvolvido de janeiro a junho de 2019, integrando-se na Estratégia Municipal para a Sustentabilidade,

<sup>1</sup> <http://laboratorio3p.web.ua.pt>



dando seguimento ao notável conjunto de projetos desenvolvidos pelo Departamento do Ambiente de Lousada, nomeadamente o BioEscola, o Plantar Lousada, o BioLousada, o Lousada Jardins, o Lousada Guarda-Rios, o Lousada Charcos, e outros, alinhados com a temática do desenvolvimento sustentável.

## PALAVRAS-CHAVE

participação pública, envolvimento dos cidadãos, planeamento urbano, plano de gestão, paisagem protegida.

## ABSTRACT

This paper aims to present and analyze the results of the application of a participatory methodology in the development of the Management Plan of the Protected Landscape Sousa Superior (PPSS), which has been promoted by the municipality of Lousada. The methodology was supported by a group of researchers from the Planning and Public Policy Laboratory (L3P)<sup>1</sup>, which is integrated at the Department of Social, Political and Territory Sciences (DCSPT) of the University of Aveiro (UA). The process of citizen involvement was developed from January to June 2019, as part of

the Municipal Sustainability Strategy, following the remarkable set of projects developed by the Lousada Environment Department, namely BioEscola, Plantar Lousada, BioLousada, Lousada Jardins, Lousada Guarda-Rios, Lousada Charcos, and others aligned with the theme of sustainable development.

<sup>1</sup> <http://laboratorio3p.web.ua.pt>

## KEYWORDS

public participation, citizen involvement, urban planning, management plan, protected landscape.

## 1 A PAISAGEM PROTEGIDA (PP)

A Paisagem Protegida (PP) é um instrumento legal definido pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dirige-se a “áreas que contenham paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural”<sup>2</sup>. O diploma visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente:

- a) A conservação dos elementos da biodiversidade num contexto da valorização da paisagem;
- b) A manutenção ou recuperação dos padrões da paisagem e dos processos ecológicos que lhe estão subjacentes, promovendo as práticas tradicionais de uso do solo, os métodos de construção e as manifestações sociais e culturais;

<sup>2</sup> *Diário da República*, 1.ª série, N.º 202, Artigo 19.º, p. 8991.



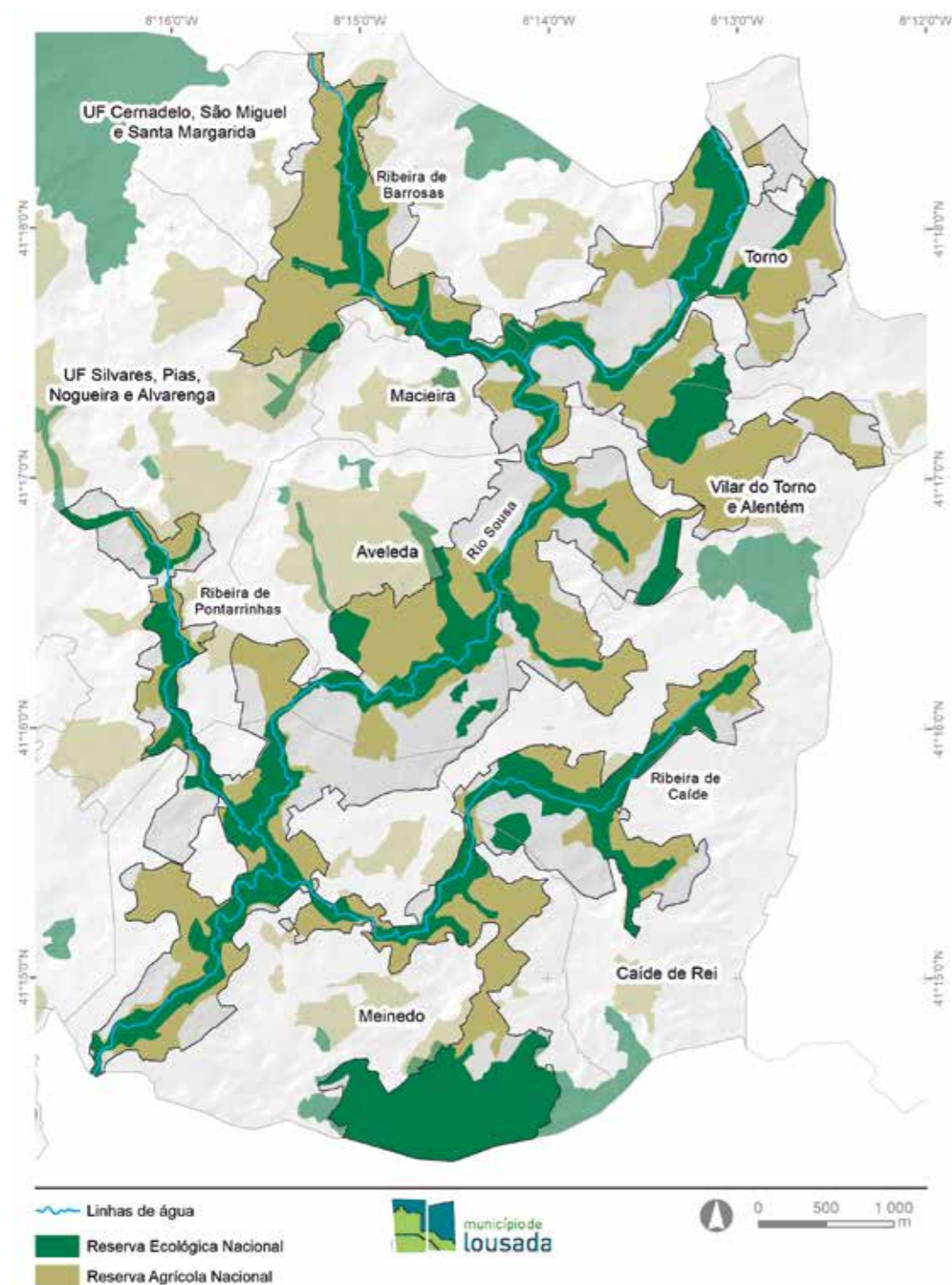


FIGURA 2 Mapa da PPSS. Fonte: Arquivos Lousada Ambiente.

Com o objetivo de complementar este trabalho técnico criterioso e viabilizar a conceção do Plano de Gestão da Paisagem Protegida do Sousa Superior, foi entendido que seria necessário envolver a população de forma mais ativa neste projeto, procurando dialogar sobre formas mais intensas de interação entre os residentes e a biodiversidade natural e patrimonial existente na região. Com este objetivo, a metodologia participativa desenvolvida e apresentada neste artigo procurou funcionar como um processo pedagógico focado na construção colaborativa de uma visão comum para o território que possa dar suporte à implementação de um futuro Plano de Gestão da PPSS.

A criação de uma visão comum é entendida como um processo de sensibilização para o bem comum e que, por isso, deve ser protegido e utilizado para o bem de todos. Este processo requer oportunidades para exercitar a participação de modo colaborativo, colocando os cidadãos como agentes ativos do processo de decisão e, conseqüentemente, fortalecendo comunidades capazes de gerir de forma responsável os recursos comuns do território em conjunto com as autoridades competentes (Barbosa, Reimer & Mota, 2016).

Com base nesta breve contextualização, no próximo capítulo serão apresentados os aspetos conceptuais que fundamentaram a metodologia do processo participativo aplicada, com descrição detalhada dos seus principais objetivos, formato das sessões de trabalho e ferramentas empregadas pelos mediadores no envolvimento dos cidadãos. No capítulo 4, “Resultados e Discussão”, é detalhado o processo de sistematização, interpretação e validação dos contributos obtidos nas sessões participativas. Finalmente, o capítulo 5, “Considerações Finais”, apresenta as conclusões do trabalho, expondo de que forma esta metodologia participativa terá contribuído para o envolvimento dos cidadãos na construção do Plano de Gestão da PPSS.



A conceção do Plano de Gestão da Paisagem Protegida do Sousa Superior requer oportunidades para exercitar a participação de modo colaborativo, colocando os cidadãos como agentes ativos do processo de decisão.”

# 3 METODOLOGIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O planeamento do território incorpora, cada vez mais, processos de capacitação das comunidades, de modo a compreender e intervir de forma responsável no território em que estas vivem, deixando de estar focado exclusivamente no controle e regulação da transformação do território (Mota, 2013; Nogueira, 2010). Este exercício de capacitação e envolvimento “pode trazer benefícios para o planeamento, quer para um maior compromisso entre as partes envolvidas, reforçando a legitimidade das decisões, quer para um comprometimento na coimplementação de ações ou no alinhamento das suas dinâmicas em torno de objetivos comuns” (Mota, 2013, p.94).

Um dos desafios da política contemporânea – e por extensão, do planeamento do território – consiste na dialética entre os movimentos que procuram a democratização, a tomada de decisão coletiva e capacitação dos cidadãos, por um lado, e as instituições e estruturas estabelecidas que visam reabsorver estas reivindicações numa estrutura distributiva, por outro (Isidoro, 2015). Neste sentido, cada vez mais as instituições públicas procuram incorporar metodologias inovadoras de participação no processo de planeamento do território, que tenham a capacidade de aproximar formas institucionais de decisão de competências produzidas pelos cidadãos (Mota, 2013).

Perante este cenário contemporâneo de mudança de paradigmas da democracia participativa, é importante perceber que o conceito de participação através de uma visão mais holística, “para além da participação propriamente dita”, não só transcende “a questão do aprofundamento da democracia (e formas de reforço da legitimidade democrática), mas também potencia e alinha os meios e motivações dos diferentes atores na ação coletiva (por razões de eficiência e eficácia). Por último, assume-se como forma de coletivamente gerar novas soluções para os problemas contemporâneos (criatividade e inovação), sendo por isso fundamental encontrar novos caminhos metodológicos (a importância da experimentação)” (Mota, 2013, p. 185).

A metodologia participativa implementada assentou nos princípios da participação em planeamento do território, envolvendo os cidadãos e autoridades locais em todas as etapas do processo, desde a definição da agenda, definição de objetivos, construção do diagnóstico e estabelecimento de propostas de ação. Neste sentido, a metodologia aplicada utilizou alguns princípios do “Urbanismo Tático”, como ferramenta de planeamento para medir o impacto de ideias antes de estas serem implementadas a longo e a médio prazo no território. Como ações experimentais, as atividades desenvolvidas

na finalização do processo participativo caracterizaram-se pela “flexibilidade” na sua implementação, “pequena-escala” na sua dimensão, dinâmica de baixo para cima (“*Bottom-up*”) pois as ideias partiram das sessões de trabalho, e “replicabilidade”, tendo as propostas a intenção de suscitar ideias e projetos a serem desenvolvidos futuramente pelo Plano de Gestão da PPSS em parceria com a comunidade local (Isidoro, 2017, p. 21).

Desta forma, a metodologia participativa teve como objetivos:

1. Estabelecer pontes de diálogo entre a Câmara Municipal de Lousada e a população, através de um ambiente descontraído em que os técnicos, os governantes e os cidadãos pudessem trocar conhecimentos sobre os recursos e os problemas do território;
2. Recolher informações específicas dos contextos locais de cada freguesia a partir da visão dos cidadãos, através de um processo interpretativo cuidadoso que sintetizasse os contributos;
3. Mediar a construção de uma visão comum do território que facilitasse a corresponsabilização dos cidadãos para com os processos de decisão relacionados com a criação da Paisagem Protegida;
4. Garantir que todos os participantes tivessem voz em todas as sessões participativas, proporcionando um espaço democrático de confronto de ideias e construção de consensos;
5. Dar lugar à experimentação de soluções no território como forma de fortalecimento de redes de cooperação.



A metodologia implementada assentou nos princípios da participação em planeamento do território, envolvendo os cidadãos e autoridades locais em todas as etapas do processo, desde a definição da agenda, definição de objetivos, construção do diagnóstico e estabelecimento de propostas de ação.”

# 3.1 SESSÕES

As sessões de trabalho foram realizadas procurando garantir a distribuição territorial e, desta forma, facilitar o acesso às sessões a todos os munícipes. Depois de realizado um evento público de lançamento do processo participativo que contou com cerca de sessenta cidadãos (Figura 3 e 4), para cada fase foram realizadas duas sessões participativas, totalizando oito reuniões, uma em cada uma das freguesias abrangidas pela criação da Paisagem Protegida do Sousa Superior (PPSS): Aveleda, Caíde de Rei, Macieira, Meinedo, Torno, Vilar de Torno e Alentém, União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, e a União de Freguesias de Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida.



**FIGURA 3** Evento público de lançamento do processo participativo da Paisagem Protegida do Sousa Superior, Biblioteca Municipal de Lousada, 29 de março. Fotografia produzida por Lousada Ambiente



**FIGURA 4** Evento público de lançamento do processo participativo da Paisagem Protegida do Sousa Superior, Biblioteca Municipal de Lousada, 29 de março. Fotografia produzida por Lousada Ambiente

Os locais escolhidos para as sessões de trabalho foram as sedes das Juntas de Freguesia, por representarem lugares de encontro e convívio comunitário e ao mesmo tempo serem contextos de forte relação de proximidade entre o poder político e os cidadãos. Esta relação de proximidade facilita transformações ao nível da governação local, através da experimentação de práticas democráticas inovadoras que “integrem a participação ativa e a deliberação dos cidadãos” (Ferreira, 2015, p. 101).

Salienta-se a importância da preparação do ambiente em que ocorreram as sessões de trabalho. Os espaços foram preparados de forma a que se tornassem acolhedores, para que as pessoas se sentissem confortáveis e seguras para partilhar as suas opiniões. Um momento de trabalho acompanhado de cafés e bolos propicia conversas mais genuínas e descontraídas. Como anfitriões, os executivos das Juntas de Freguesia reforçaram estes momentos, ao incorporar a degustação de produtos locais no final das sessões, demonstrando o grande potencial de dinamização da economia e valorização da identidade local.



**FIGURA 5** Sessão da Fase 1/Diagnóstico, Junta de Freguesia do Torno, 9 de abril.



**FIGURA 6** Sessão da Fase 1/Diagnóstico, Junta de Freguesia de Pias, 23 de abril.



**FIGURA 7** Sessão da Fase 2/Visão, Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, 10 de Maio.



**FIGURA 8** Sessão da Fase 2/Visão, Junta de Freguesia de Caíde, 10 de maio.



**FIGURA 9** Sessão da Fase 3/Propostas, Junta de Freguesia de Meinedo, 24 de maio.



**FIGURA 10** Sessão da Fase 3/Propostas, Junta de Freguesia de Macieira, 27 de maio.



**FIGURA 11** Sessão da Fase 4/Ações, Junta de Freguesia de Cernadelo, 3 de junho.



**FIGURA 12** Sessão da Fase 4/Ações, Junta de Freguesia de Aveleda, 4 de junho.

Após as boas-vindas, apresentação e contextualização das sessões (objetivos da PPSS e metodologia do processo participativo), os participantes foram encaminhados para as mesas de trabalho, compondo grupos de aproximadamente dez pessoas. A subdivisão em grupos menores permitiu que todos tivessem oportunidade de intervir. Durante as dinâmicas, os grupos foram incentivados a nomear um porta-voz, que ficaria responsável por, no final das sessões, apresentar a todos os presentes uma síntese do que foi discutido em cada grupo.

Cada mesa contou com a presença de um facilitador da equipa participativa, que desempenhou o papel de mediador, e a equipa técnica municipal manteve-se à disposição para apoio e esclarecimentos aos participantes. O trabalho de mediação assegurou que, dentro do tempo definido para a sessão – uma hora e meia –, todos os participantes tivessem voz, evitando a sobreposição de poder nas discussões e assegurando a sua horizontalidade no processo de decisão coletiva.

## 3.2 FASES

Com o propósito de alcançar os objetivos elencados no ponto anterior, definiram-se quatro fases de participação para a elaboração do plano de gestão da PPSS com os seguintes objetivos:

**FASE 1 / Diagnóstico:** Construção de um diagnóstico colaborativo através da identificação de um conjunto de oportunidades e problemas existentes no território;

**FASE 2 / Visão:** Construção de uma visão comum para o território, através da definição de objetivos e medidas necessárias para a melhoria da região;

**FASE 3 / Propostas:** Construção das propostas a serem implementadas no território do Sousa Superior;

**FASE 4 / Ações:** Avaliação do conjunto de propostas e definição de três ações experimentais a serem implementadas no território, no período de um dia.

O diagrama abaixo (Figura 13) especifica: a questão-guia de cada fase; a organização dos grupos de trabalho; as ferramentas utilizadas para mediar as sessões participativas, e, por fim, o desafio proposto pela metodologia em cada fase do processo.

FASE 1 DIAGNÓSTICO	FASE 2 VISÃO	FASE 3 PROPOSTAS	FASE 4 AÇÕES
Quais os recursos e os problemas?	Quais os objetivos e medidas?	Quais as propostas?	Quais as propostas prioritárias?
<b>GRUPOS:</b> Livres <b>TOOLS:</b> Post-its Mapa do território <b>DESAFIO:</b> 3 recursos 3 problemas	<b>GRUPOS:</b> Temáticos <b>TOOLS:</b> Post-its Newsletter 1 <b>DESAFIO:</b> 3 objetivos 3 medidas	<b>GRUPOS:</b> Temáticos <b>TOOLS:</b> Post-its Newsletter 2 Painéis objet./med. Mapas temáticos <b>DESAFIO:</b> Definir 3 propostas	<b>GRUPOS:</b> Temáticos <b>TOOLS:</b> Newsletter 3 Tabelas colaborat. <b>DESAFIO:</b> Complementar Priorizar Ação experimental

**FIGURA 13** Diagrama das quatro fases do processo participativo. Diagrama produzido pela equipa da Universidade de Aveiro

### FASE 1 / Diagnóstico

As sessões foram compostas por duas etapas. Na primeira etapa, os participantes foram desafiados a apresentar-se, relatando experiências e vivências relacionadas com o território do Rio Sousa. Na segunda parte desta etapa, foi proposta a realização de um diagnóstico colaborativo, através da identificação de três oportunidades e três problemas do território. Aqui, os participantes foram incentivados a partilhar as memórias e histórias sobre o território do Rio Sousa, identificando nos mapas disponibilizados os lugares das suas vivências. Na segunda etapa, a reflexão centrou-se nas oportunidades e problemas do território. Os participantes foram convidados a registar em “post-its” três aspetos relacionados com cada tema, tendo de seguida sido incentivados a partilhar os seus contributos com o grupo.

### FASE 2 / Visão

Nesta fase, os participantes foram divididos em três grupos com temáticas estabelecidas pela equipa de mediadores: Património Natural e Construído; Comunidade e Património Imaterial; e Desenvolvimento Local. Na primeira parte de cada sessão foram validados pelos cidadãos os resultados do diagnóstico colaborativo. Na segunda parte, os participantes foram encorajados a estabelecer um conjunto de objetivos (o que deve ser feito) e medidas (como deve ser feito) para a criação da PPSS. Após a discussão, os participantes mapearam e registaram em “post-its” os objetivos e medidas que gostariam de ver implementados na PPSS. Além disso, os “post-its” foram agrupados pelos próprios participantes de acordo com a similaridade dos conteúdos.

### Fase 3 / Propostas

Na primeira etapa de cada uma das reuniões, os participantes validaram os resultados dos trabalhos anteriores: o conjunto de objetivos e medidas. Na segunda etapa, foram convidados a elencar três propostas práticas que deveriam ser implementadas no território, explicando também como, onde, quando, com quem, e com que recursos estas propostas deveriam ser desenvolvidas.

#### Fase 4 / Ações

Nas reuniões desta fase, primeiramente os participantes avaliaram cada proposta por ordem de prioridade, selecionando as propostas que poderiam vir a ser implementadas no território a curto prazo, ou seja, dentro do período de um ano. Da avaliação das propostas resultou a seleção e posterior discussão de três ideias relacionadas com o rio Sousa, as quais foram experimentadas na festa de encerramento do processo participativo, realizada no dia 13 de julho de 2019.

## 3.3 COMUNICAÇÃO

A comunicação foi essencial para todo o processo participativo, tendo esta sido baseada numa linguagem acessível, sustentada por suportes variados (físicos e digitais), com o objetivo não só de alcançar a maioria dos cidadãos, no sentido de os incentivar a participar nas sessões, mas também de funcionar como veículo de divulgação e «feedback» da evolução e resultados dos contributos resultantes do processo. Assim, durante todo o processo os resultados da sistematização da informação foram sendo disponibilizados através de «newsletters».



FIGURA 14 Logotipo do Processo Participativo da PP Sousa Superior. Produzido por Janaina Barbosa.

Todos os suportes de comunicação seguiram uma padronização de cores e formas estabelecida no início do processo. Neste sentido, foi criado um logotipo (Figura 14) à imagem do Processo Participativo com o objetivo de criar um discurso visual coerente relativo ao Plano de Gestão da PPSS, tornando a comunicação mais clara e direta. O logotipo procurou representar por um lado a ideia de paisagem natural, tendo o rio como elemento agregador, em equilíbrio com a ação humana, e por outro a ideia de “casa” comum, nomeadamente o território que comporta o vale do Sousa Superior.



FIGURA 15 Newsletter com 61 propostas dos cidadãos organizadas em quatro eixos temáticos. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.

A estratégia de comunicação proposta foi suportada pelos seguintes elementos: Logotipo do processo participativo; Cartaz-agenda do processo participativo; Cartazes das sessões participativas nas Juntas de Freguesia (08); Convite para as sessões participativas; Cartaz da Festa Final; Banners para divulgação das sessões no Facebook (08); Newsletters (04); Mapas temáticos (04); e Bandeira do Processo Participativo da Paisagem Protegida do Sousa Superior.

Todo o processo foi oportunamente divulgado nos canais de comunicação da Câmara Municipal de Lousada: no site da instituição, na página de Facebook do Município e do Lousada Ambiente e na Revista Mensal impressa e distribuída gratuitamente por todo o município. A exibição, em cada encontro, de um vídeo promocional da Paisagem Protegida produzido pela equipa do Departamento do Ambiente do Município de Lousada foi também um importante suporte de divulgação e comunicação, contribuindo igualmente para a ativação da participação.



A comunicação foi essencial para todo o processo participativo, tendo esta sido sustentada por suportes variados (físicos e digitais).”

# 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os contributos dos participantes foram sistematizados de forma criteriosa depois de cada sessão participativa, tendo como resultado a produção de uma síntese interpretativa que fosse o mais próxima possível dos contributos dos cidadãos. Desta forma, a sistematização dos contributos de cada sessão foi sendo realizada durante todo o processo participativo e não somente no final da aplicação da metodologia. Esta opção metodológica teve como objetivo desenvolver um processo coletivo de cocriação de uma visão comum do território que integrasse todos os elementos essenciais de um Plano de Gestão (diagnóstico, visão, propostas e implementação). Além disso, este modelo teve como objetivo organizar as sessões seguintes através de materiais visuais que comunicassem de forma sintetizada e clara as contribuições da fase anterior, sugerindo assim o acréscimo subsequente de contributos pelos novos grupos de participantes, e permitindo a continuação da construção colaborativa do Plano de Gestão.

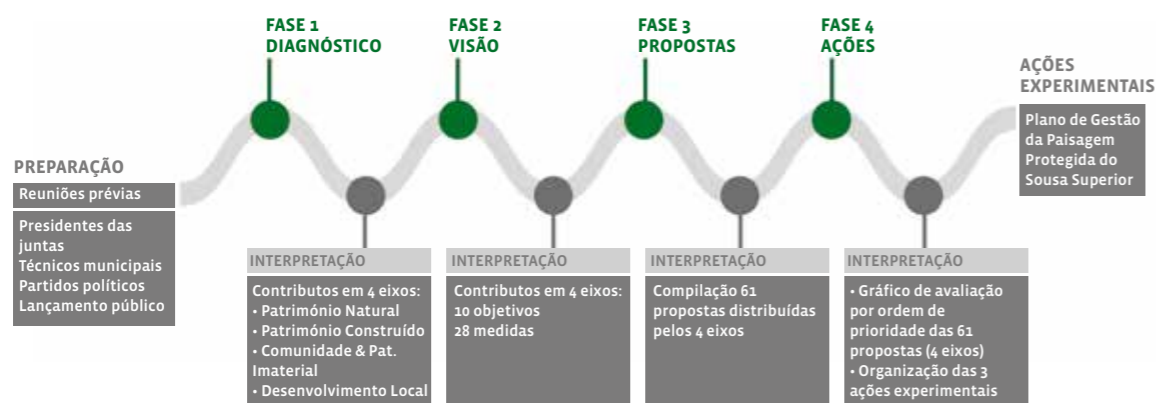


FIGURA 16 Diagrama “go and back”, da preparação às ações experimentais. Diagrama produzido pela equipa da Universidade de Aveiro.

Como indica o diagrama acima (Figura 16), a metodologia participativa foi construída seguindo uma lógica “go and back”, ou seja, cada sessão era preparada com base na sessão de trabalho anterior, cada sessão fornecendo um novo conjunto de informação que era interpretado pela equipa para a organização da próxima sessão, e assim por diante. Além disso, cada sessão também forneceu dados que permitiriam uma revisão e adaptação da metodologia de acordo com as necessidades de cada passo. Este processo iniciou-se com um diagnóstico prévio do território através de reuniões com os autarcas, técnicos e partidos políticos, e terminou com a apresentação dos resultados gerais a serem incorporados no Plano de Gestão da PPSS.

Desta forma, os resultados foram sendo compilados e interpretados de uma forma contínua pela equipa de investigadores, garantindo a construção de uma sequência lógica para cada fase. Este método possibilitou não só que os resultados de cada fase permitissem manter a fluidez do processo participativo, mas também a produção coletiva de um discurso crítico e propositivo do território. Os mediadores/investigadores tiveram a função de interligar discursos, gerando perspetivas cada vez mais coletivas e menos individuais do território. Desta forma, este modelo serviu igualmente para interligar os diferentes atores e vozes que estiveram presentes nas sessões, visto que em cada uma delas o grupo de participantes presente era diferente.

Todo o processo de sistematização teve como base a identificação de palavras-chave recorrentes e similares, resultando em categorias-chave de agrupamento que definiram eixos temáticos gerais (Saldaña, 2009). O esforço de síntese foi realizado de modo a facilitar a organização por grupos de trabalho nas reuniões subsequentes. Considerou-se a multidimensionalidade e transversalidade das temáticas. Porém, ao mesmo tempo, procurou-se ser fiel aos significados atribuídos pelos participantes. É importante salientar que o processo interpretativo que conduziu à sistematização dos contributos foi desenvolvido a partir de uma perspetiva indutiva, permitindo inferências da equipa que analisou e organizou os dados em cada etapa do processo (Saldaña, 2009).

## FASE 1 / Diagnóstico

A partilha das memórias e histórias em torno do território do Rio Sousa cumpriu os objetivos de criação de vínculos entre os participantes e gerou empatia para a construção coletiva do diagnóstico. As oportunidades e os problemas citados e registados em “post-its” nas duas sessões de construção do diagnóstico colaborativo foram transcritos, sistematizados e agrupados por quatro temas: Património Natural; Património Construído; Comunidade e Património Imaterial; e Desenvolvimento Local, como mostra o diagrama abaixo (Figura 17).

De acordo com o primeiro conjunto de contributos, relacionados com o diagnóstico, apuraram-se quatro eixos: “Património Natural”, que reuniu os cursos de água e toda a biodiversidade existente relacionada com a fauna e flora; “Património Construído”, que juntou os contributos relacionados com o conjunto de casas senhoriais, moinhos, museus, arquitetura românica e arquitetura tradicional existente na região; “Comunidade e Património Imaterial”, que compilou os contributos ligados a projetos de sensibilização ambiental transmitidos pela educação formal e não-formal, os valores relativos à vida comunitária ainda existentes e fontes de muitas memórias, e as Associações locais; e “Desenvolvimento Local”, onde se consideraram

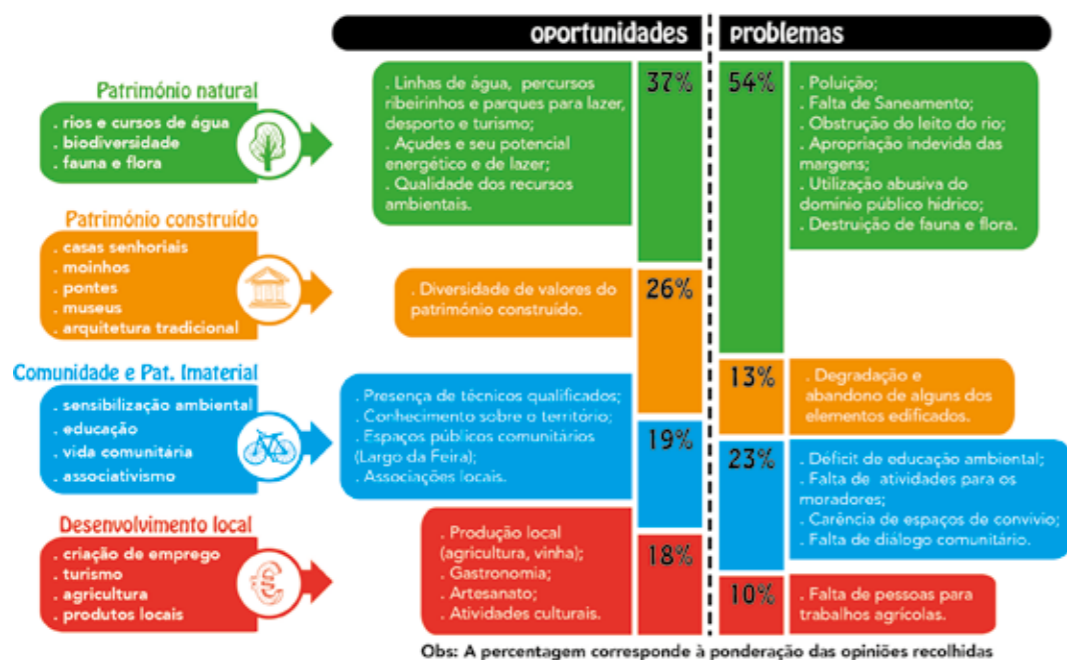


FIGURA 17 Diagrama interpretativo dos contributos da primeira fase “Diagnóstico”, apresentado na Newsletter N.º 1. Produzido pela equipa da Universidade de Aveiro.

os contributos ligados à criação de emprego, às capacidades turísticas que o território pode vir a desenvolver; à agricultura e sua relação com o meio ambiente; e aos produtos locais. A organização dos contributos dentro destes quatro eixos conseguiu estabelecer uma aproximação entre a linguagem técnica da construção do Plano de Gestão e o discurso dos cidadãos comuns que vivem e constroem o território quotidianamente.

Interpretados e ponderados os contributos desta fase, ficou claro que o Património Natural é o que preocupa mais os cidadãos, tanto relativamente às oportunidades, como aos problemas que o território apresenta. Problemas como a poluição do Rio Sousa e a utilização privada das suas margens, impedindo o desenvolvimento das potencialidades que o rio pode trazer para todos os cidadãos, como a geração de energia, exploração turística e de lazer pela população local.

## FASE 2 / Visão

A divisão dos participantes em três grupos temáticos – Património Natural e Construído; Comunidade e Património Imaterial; e Desenvolvimento Local – possibilitou que os quatro eixos que caracterizam o território fossem, no diagnóstico colaborativo, melhor trabalhados por perfis de participantes com capacidades para responderem aos desafios de cada um desses eixos.

Esta divisão foi realizada espontaneamente pelos presentes, o que revelou uma autorresponsabilização relativa aos desafios de cada tema e ao desejo de propostas para o território.

Esta fase resultou num conjunto de objetivos (o que deve ser feito) e medidas (como deve ser feito) para a criação da Paisagem Protegida do Sousa Superior. A sistematização por similaridade de conteúdos e repetições de palavra-chave foi iniciada nas próprias sessões participativas através do exercício coletivo de agrupamento dos “post-its” à medida que a discussão ocorria. Este processo facilitou a construção de uma visão comum do território, permitindo a construção de um processo pedagógico que colocava nas mãos dos cidadãos a responsabilidade de responder aos desafios do território.

## FASE 3 / Propostas

Esta fase originou 186 contributos, que foram criteriosamente transcritos, sistematizados e agrupados de acordo com palavras-chave recorrentes e identificação de significados comuns, resultando em 61 propostas finais distribuídas entre os quatro eixos estabelecidos (Património Natural; Património Construído; Comunidade e Património Imaterial; e Desenvolvimento Local). Não obstante o esforço de síntese, optou-se por manter integralmente nos eixos em que foram referidas algumas propostas semelhantes por, apesar da similaridade entre as mesmas, estas poderem vir a exigir diferentes tipos de respostas. Por outro lado, esta opção permite expor a transversalidade dos temas e a consequente necessidade de uma abordagem integrada e sistémica para o território.

O desafio proposto nas sessões desta fase permitiu que os participantes visualizassem os recursos existentes no território, e como estes poderiam ser potencializados através de soluções simples e pontuais, algumas delas concretizadas pelo município, mas muitas pelos próprios cidadãos.

Esta fase contou com uma nova ferramenta visual, os “mapas temáticos” (Figura 18), os quais tiveram o objetivo de estimular a participação ativa nas sessões para a cocriação de propostas concretas para o território. Os mapas temáticos resultaram da sistematização dos contributos das fases anteriores, permitindo uma

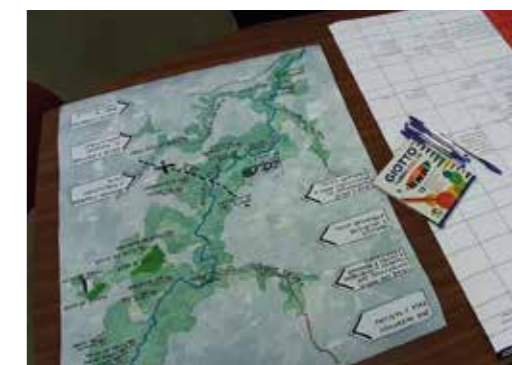


FIGURA 18 Mapas temáticos com intervenções dos participantes. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.

interpretação gráfica. Estes objetos foram elaborados cruzando a referida sistematização por tema (património natural; património construído; comunidade e património imaterial e desenvolvimento local) – e ilustrações decorrentes dos contributos – com o mapa do território, com recurso à técnica de desenho à mão livre em suporte digital.

O rico conjunto de informações referentes às sessões participativas anteriores foi compilado e interpretado pelos mapas temáticos. Esta ferramenta mostrou-se inovadora, na medida em que facilitou a compreensão das especificidades do território tanto pela equipa de mediadores e técnicos municipais como pelos próprios residentes, contribuindo para a construção de uma visão comum do território, que se revelou interligado por uma rica rede de vivências que dão forte sentido identitário ao município.

## FASE 4 / Ações

Nas sessões da última fase, os participantes discutiram, complementaram e, por fim, avaliaram as propostas incorporadas nos quadros temáticos resultantes da fase anterior. Assim, os presentes atribuíram prioridades, selecionando as propostas que poderiam vir a ser implementadas no território a curto prazo, no período de um ano.

Esta fase contou com uma nova ferramenta visual, as “tabelas colaborativas” (Figura 19), que consistiu na impressão em grande formato de quatro tabelas das propostas correspondentes aos quatro eixos temáticos. As tabelas tiveram o objetivo de convidar os participantes a preencherem durante a discussão “como, onde, quem pode viabilizar, com que recursos e quando” poderia cada proposta ser implementada no território.



FIGURA 19 Tabelas colaborativas. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.

As tabelas colaborativas contribuíram para que os cidadãos se sentissem corresponsáveis por todo o processo de construção e implementação do Plano de Gestão da PPSS, ao serem desafiados a estabelecer compromissos com as propostas apresentadas.

Depois de debater e complementar as tabelas, os presentes atribuíram ordem de prioridades a cada uma das

61 propostas, selecionando as que poderiam vir a ser implementadas no território a curto prazo, ou seja, no período máximo de um ano. Os diagramas (Figuras 20, 21, 22 e 23) mostram a lista de propostas (sinalizadas com P) organizadas por eixos temáticos, e o resultado da avaliação coletiva realizada nesta fase. A percentagem apresentada corresponde à ponderação das avaliações dos participantes.

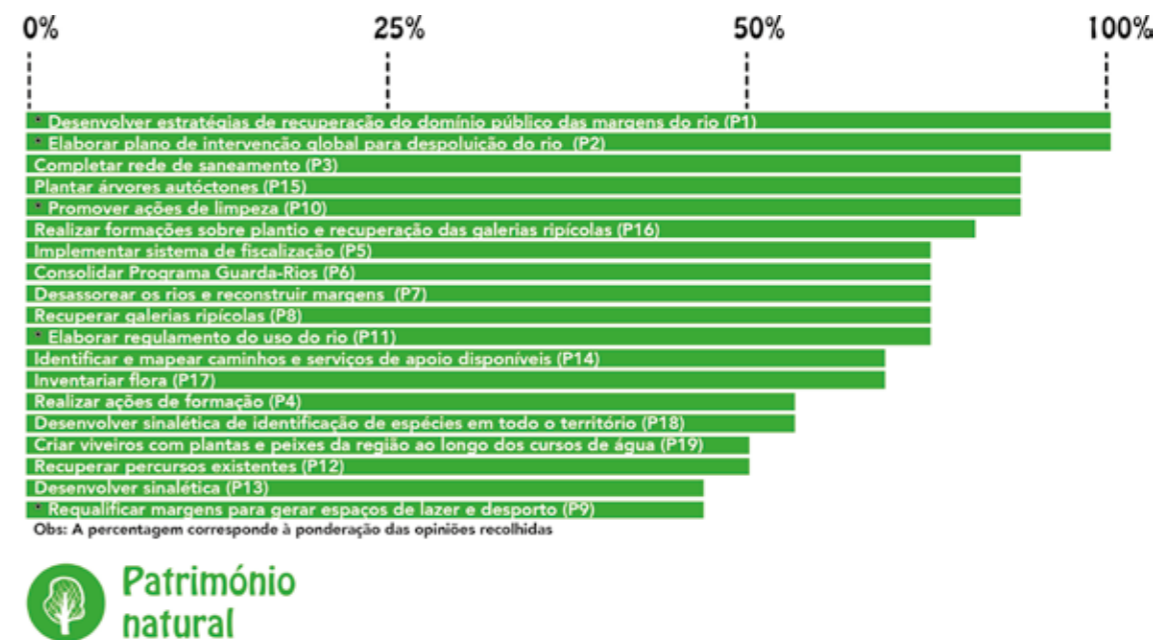


FIGURA 20 Diagrama dos resultados do eixo Património Natural.

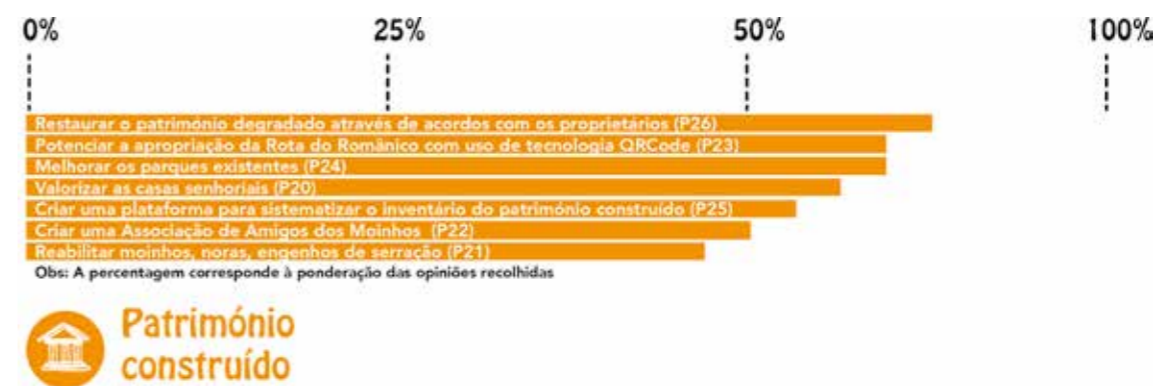


FIGURA 21 Diagrama dos resultados do eixo Património Construído.

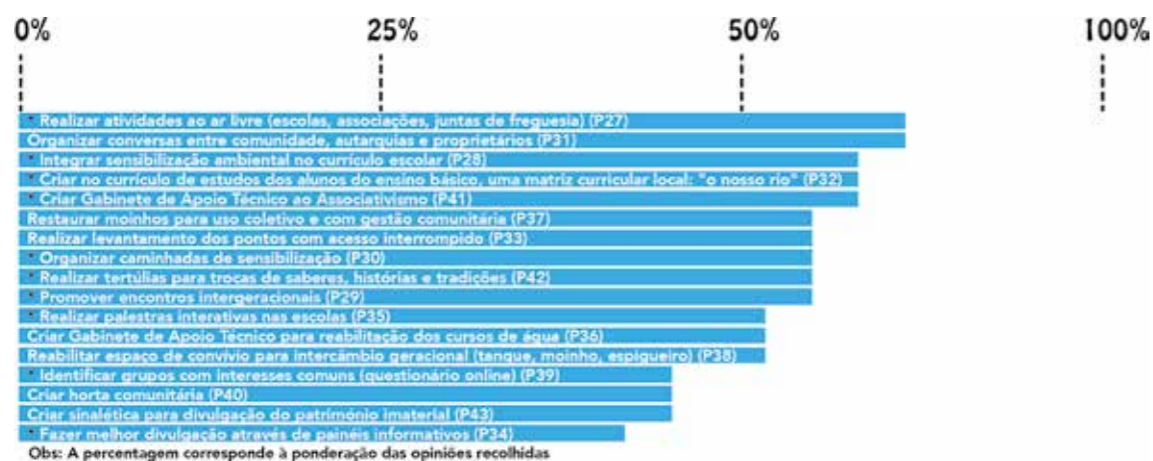


FIGURA 22 Diagrama dos resultados do eixo Comunidade e Património Imaterial.

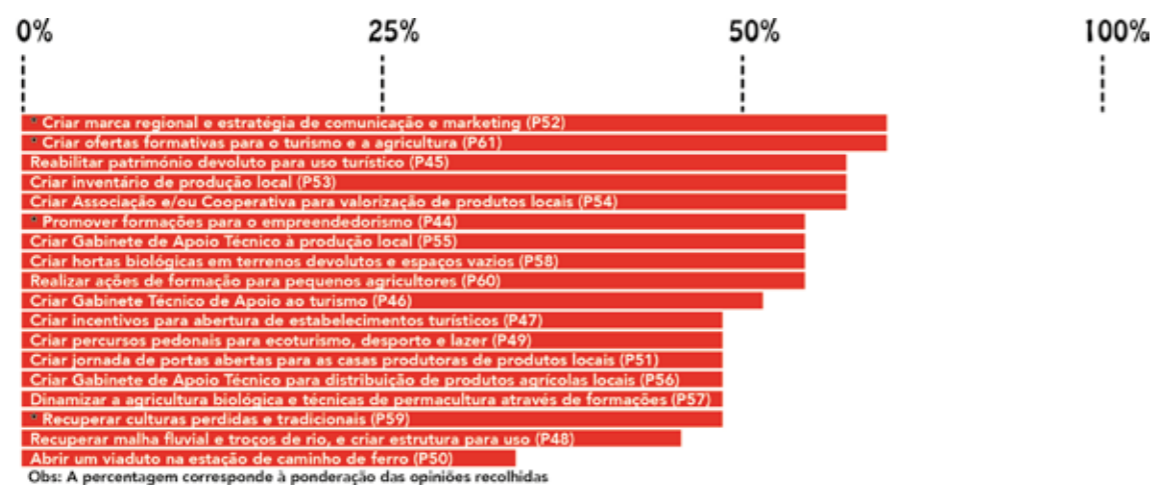


FIGURA 23 Diagrama dos resultados do eixo Desenvolvimento Local.

No grupo temático «Património Natural» (Figura 20), todos os participantes deram prioridade às propostas “Desenvolver estratégias de recuperação do domínio público das margens do rio” (Propostas 1) e “Elaborar plano de intervenção global para despoluição do rio” (Proposta 2). No grupo «Património Construído» (Figura 21), a proposta “Restaurar o património degradado através de acordos com os proprietários” (Proposta 26) foi a mais votada. Já no grupo «Comunidade e Património Imaterial» (Figura 22), a maioria dos participantes deu prioridade às propostas “Realizar atividades ao ar livre”

(Proposta 27) e “Organizar conversas entre comunidade, autarquias e proprietários” (Proposta 31). Por fim, o grupo «Desenvolvimento Local» (Figura 23) decidiu dar prioridade às propostas “Criar marca regional e estratégica de comunicação e marketing” (Proposta 52) e “Criar ofertas formativas para o turismo e a agricultura” (Proposta 61).

## Ações experimentais

A finalização do processo participativo ocorreu por meio da experimentação de três propostas selecionadas pelos cidadãos nesta fase. Cada grupo definiu uma proposta relacionada com o Rio Sousa, a ser vivenciada coletivamente durante um dia de festa. O grupo do Património Natural e Construído propôs uma caminhada pelas margens do rio Sousa (Figura 31 e 32), o grupo da Comunidade e Património Imaterial sugeriu a realização duma demonstração da rota do milho/broa, da desfolhada à produção da broa (Figura 29 e 30); e por fim, o grupo do Desenvolvimento Local (Figura 25 à 28) sugeriu abrir as portas das casas senhoriais (Portas Abertas) à visita pública.



As três propostas foram testadas paralelamente durante um evento organizado numa manhã de sábado, que terminou com um almoço comunitário (Figura 33 e 34). Com a participação de aproximadamente 230 pessoas, este momento foi essencial para a celebração de todo o processo participativo, permitindo a partilha de experiências dos participantes das oito freguesias em torno dos lugares, identidades e valores comuns constituintes do território de Lousada.

FIGURA 24 Divulgação para o evento final.



**FIGURA 25** Ação experimental “Portas Abertas”, Casa do Rio. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 26** Ação experimental “Portas Abertas”, Casa de Juste. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.

Como explicitado anteriormente, as ações experimentais seguiram os princípios conceptuais do “Urbanismo Tático” através de ações rápidas e de baixo custo. Além de aproximar atores importantes, que podem vir a ser potenciais parceiros na concretização do Plano de Gestão da PPSS, as ações experimentais geraram novas ideias para projetos futuros, como a possibilidade de replicar a ação Portas Abertas noutros lugares, atraindo a comunidade local e outros visitantes. A caminhada junto às margens do rio Sousa aproximou as pessoas ao rio, aos seus valores e problemas, firmando compromissos coletivos no desenvolvimento das suas potencialidades para a gestão sustentável da região. A ação Rota do Milho/Broa evidenciou a ideia de desenvolver rotas turísticas que valorizem o património material e imaterial ainda existente na região, além do desenvolvimento de um projeto-piloto de reabilitação de um moinho que sirva como um espaço de encontro da comunidade e centro de educação ambiental. Em comum, todos os grupos temáticos sugeriram a constituição de um gabinete de apoio para desenvolvimento de projetos sociais, culturais, ambientais e económicos pela própria comunidade local.



**FIGURA 27** Ação experimental “Portas Abertas”, Casa de Juste. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 28** Ação experimental “Portas Abertas”, Casa-Museu de Vilar. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 29** Ação experimental “Rota do milho/broa”. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 30** Ação experimental “Rota do milho/broa”. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 31** Ação experimental “Caminhada pelo Rio Sousa”. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



**FIGURA 32** Ação experimental “Caminhada pelo Rio Sousa”. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



FIGURA 33 Almoço comunitário. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.



FIGURA 34 Almoço comunitário. Fotografia produzida por Lousada Ambiente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Processo Participativo da PPSS mobilizou mais de 300 lousadenses, tendo sido produzido um conteúdo muito útil e de enorme valor para o município. Não foi um exercício fácil. Exigiu-se dos cidadãos que trilhassem um percurso longo, do diagnóstico à estratégia e das propostas à sua operacionalização no território. Todavia, o resultado foi muito positivo e inesperado.

Do diagnóstico resultou a perceção de que o território do Vale do Sousa possui recursos muito relevantes: o rio com um profundo valor ambiental (fauna e flora) e identitário (lugar dos primeiros mergulhos e refúgio de mil brincadeiras na infância de muitos dos participantes); um conjunto de casas senhoriais, o segundo mais numeroso no país; e uma rede de moinhos espalhadas no Vale a justificar nova vida; uma comunidade de saberes, ofícios e tradições, do linho ao milho, da gastronomia ao artesanato; e um emergente conjunto de atores económicos (vinho verde, hortícolas, turismo) com espírito inovador e visão de mundo.

A densidade e a exigência do exercício, com oito reuniões nas freguesias, possibilitou:

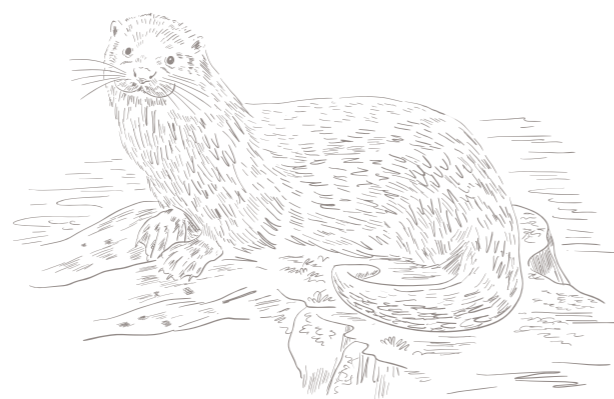
- A auscultação da sociedade civil, executivo, agentes económicos e culturais;
- A coconstrução de diagnóstico, objetivos, medidas e propostas feitas por cidadãos diferentes, com uma enorme coerência e assertividade em torno de quatro apostas temáticas (património natural, património construído; comunidades e património imaterial; economia local);
- Um exercício final de experimentação de três propostas identificadas pelos cidadãos (Portas Abertas, Percursos Ribeirinhos e Rota do milho/broa).

O envolvimento ativo dos cidadãos através da aplicação da metodologia participativa no contexto da conceção do plano de gestão da PPSS contribuiu para:

1. Estabelecer uma aproximação entre a Câmara Municipal de Lousada e os cidadãos, partilhando responsabilidades e desafios no uso e gestão do território;
2. Recolher informação valiosa para a conceção do plano de gestão, nomeadamente as relações de identidade com o território e a disponibilidade dos cidadãos na sua cogestão;
3. Construir uma visão comum do território, desbloqueando eventuais barreiras de diálogo existentes entre as freguesias, entre técnicos e cidadãos e entre o executivo e os cidadãos, levando a perceber que os residentes tinham o desejo de construir em conjunto, de forma mais propositiva para a transformação do território;
4. Experimentar soluções no território de forma rápida e simples;
5. Fortalecer redes de cooperação para futuros projetos a serem integrados na PPSS.



A metodologia participativa contribuiu para a criação de uma visão comum do território, ativando o desejo dos cidadãos de fazerem parte da gestão territorial de forma mais democrática, responsável e propositiva, e não como espectadores da gestão institucional.”



A metodologia de envolvimento dos cidadãos, aliada à vontade política de abrir a discussão e chamar as pessoas para construir, criar e propor a implementação de uma política pública ligada à gestão do território, foi inovadora e desafiante. Este processo mostrou que os cidadãos têm o desejo de participar de forma construtiva e responsável, sendo apenas necessário criar oportunidade para que tal ocorra. A mediação da participação por agentes externos ao território fez com que os participantes se sentissem à vontade para falar sobre os problemas comuns e para sugerir mudanças apropriadas a cada um deles. Além disso, a participação dos técnicos municipais nas sessões possibilitou informar os presentes sobre o conjunto de iniciativas que já estão em curso e que vão ao encontro dos desejos e propostas dos cidadãos. Por último, como um processo pedagógico, a metodologia participativa contribuiu para a criação de uma visão comum do território, ativando o desejo dos cidadãos de fazerem parte da gestão territorial de forma mais democrática, responsável e propositiva, e não como espectadores da gestão institucional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa J, Reimer M & Mota J (2016). Designing participation for commoning in temporary spaces: A case study in Aveiro, Portugal. Em: Proceedings of DRS2016, Design+Research+Society. Brighton, UK, DRS Design Research Society, pp. 1-17. Disponível em <http://www.drs2016.org/393/>
- Couto A et al. (2017). Diversidade da Fauna de Vertebrados do Município de Lousada. *Lucanus – Revista de Ambiente e Sociedade*, 1, 56-77.
- Decreto-Lei n.º 242/2015 de 15 de outubro de 2015. Diário da República, 1.ª série, n.º 202, Artigo 19.º, p. 8991. Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.
- Ferreira I (2015). Governança, participação e desenvolvimento local. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 30, 97-117.
- Isidoro AC (2017). Urbanismo Tático: Desafios ao Planeamento do Território (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/21687>
- Mota JCB (2013). Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro). Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>
- Nogueira F (2010). Desenvolvimento Local: Estratégias e Competitividade (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro). Disponível em <http://ria.ua.pt/handle/10773/3934>
- Saldaña J (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. London, UK, Sage.